

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA ONZE DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE -----**

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e catorze, reuniu pelas vinte e uma horas na Casa do Povo de Alvalade, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA: -----**

- 1. Expediente-----**
- 2. Ata -----**
- 3. Regimento -----**
- 4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----**
  - a) Prestação de Contas de 2013; -----**
  - b) Revisão às Atividades Mais Relevantes (AMRs) 2014/2017;-----**
  - c) Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) 2014/2017;-----**
  - d) Revisão ao Orçamento de Despesa/Receita de 2014; -----**
  - e) Venda de parcela de terreno no Pinhal do Concelho por Acordo Direto – ao Agrupamento Suicultores Litoral Alentejano (ASLA) - Declaração de Interesse Público;-----**
  - f) Aquisição de serviço para certificação legal das contas do Município – Nomeação de auditor externo. -----**
- 5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----**

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: -----**  
Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, António João Antunes Isidoro, Ricardo Campos da Silva Rico, José Manuel Guerreiro Neves, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata.

**Não compareceram os membros:** Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Igor Filipe Almeida Guerreiro e Joaquim António Gonçalves. -----

**Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal,** Álvaro dos Santos Beijinha e dos senhores vereadores Daniela Filipa Cópio Martins, Norberto Valente Barradas, Paulo Jorge Gonçalves Gamito, Francisco Carrajola de Sousa, e Albano Joaquim Mestre. -----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----**

-----  
**-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

A Senhora Presidente informou que se faziam substituir na presente Sessão, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, eleito do PS, pela Senhora Miriam Mills Mascarenhas, que se segue na mesma lista, e o Senhor Joaquim António Gonçalves, eleito da CDU, e presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos, pelo seu substituto legal, Senhor Virgílio Gonçalves. -----

-----  
**MANUTENÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL 1085 -----**

O Senhor António Isidoro, eleito do PSD, perguntou se existia algum plano para intervir naquela via, a qual precisa de ser reparada em alguns pontos. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por cumprimentar os membros da Mesa, os restantes membros da Assembleia Municipal e os cidadãos que vieram assistir à sessão, sublinhando de forma especial o facto da Senhora Presidente da Assembleia Municipal se ter associado à iniciativa da Câmara Municipal “Presidência nas freguesias”, descentralizando a sessão da Assembleia.-----

Relativamente à questão colocada, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, de acordo com o programa eleitoral apresentado pela CDU, era intenção do Executivo Municipal intervir naquela via rodoviária no decorrer do mandato em curso, com a candidatura da obra ao novo Quadro Comunitário. Contudo, informou que no novo Quadro Comunitário não estavam previstas verbas para estradas, pelo que, terão que ser procuradas soluções alternativas para responder àquela e a outras situações similares. -----

O Senhor António Isidoro referiu que sabia que seria esta a resposta, concluindo que a manutenção da estrada não seria concretizada. -----

Referiu ainda que também o preocupava a sinalização na descida da Aldeia de Santo André na direção da cidade de Vila Nova de Santo André, porque a via junto ao loteamento, de acesso à mesma, tem mais movimento e o muro das vivendas impede a visibilidade da via principal, o que já deu origem a alguns acidentes, pelo que, solicitou que fosse colocado um espelho naquele local.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que era a primeira vez que este problema estava a ser colocado, recomendando ao Senhor Vereador Albano Pereira que o registasse e avaliasse a possibilidade de resposta àquela situação. -----

-----  
**SAUDAÇÃO PELA DESCENTRALIZAÇÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, saudou a iniciativa de realização da sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal, em Alvalade, com a qual ficou agradavelmente surpreendida quando recebeu a convocatória, esperando que este tipo de iniciativa se repetisse noutras freguesias, acrescentando que o número de pessoas presentes provava que a descentralização era eficaz. -----

-----  
**SAUDAÇÃO À MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, começou por dirigir uma saudação especial à Mesa da Assembleia Municipal pela descentralização das sessões da Assembleia Municipal, considerando que esta iniciativa demonstrava preocupação com as pessoas,

acrescentando que a vida política deve chegar também àqueles que estão longe da sede do Município.-----

### **ESTRADA REGIONAL 261-5, ENTRE SANTO ANDRÉ E SINES - PONTO DE SITUAÇÃO** -----

O Senhor Jaime Cáceres questionou sobre o ponto de situação relativo à retirada dos pinos daquela via e à alteração do limite de velocidade (50Km), tendo em conta que os responsáveis da empresa Estradas de Portugal se comprometeram com a resolução do problema até onze de fevereiro do ano em curso. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que na sessão anterior da Assembleia Municipal tinha informado sobre o encontro com o Senhor Presidente da empresa Estradas de Portugal, o qual garantira que o problema daquela via ia ser resolvido até ao final do mês de fevereiro do ano em curso. Contudo, em contacto posterior, foi informado por responsáveis e técnicos das EP que o problema não estava esquecido e que o iam tentar resolver o mais depressa possível. -----

Mais informou que, na data da presente sessão, num contacto com um técnico com funções de diretor naquela empresa foi pelo mesmo informado que não tinha havido desenvolvimentos no processo e que estavam procurando encontrar uma solução para o problema. Acrescentou que transmitiu àquele responsável que havia um compromisso com a Câmara Municipal que não tinha sido cumprido e que a população de Santo André não compreendia que a via continuasse naquela situação, passados três anos do início das obras, e com a agravante da via estar em condições quando as mesmas foram iniciadas.-----

Mais referiu que se sentia enganado sobre esta matéria e que a situação merecia uma resposta firme das autarquias, considerando inaceitável que a mesma se prolongue por mais tempo, sobretudo no que respeitava à retirada dos pinos e ao condicionamento do limite de velocidade, compreendendo que a intervenção na rotunda possa demorar mais algum tempo, por ser mais onerosa.-----

O Senhor Jaime Cáceres referiu que decorreram dois anos e meio desde o início das obras que ninguém pediu para aquela via, a qual estava em boas condições, faltando apenas resolver algumas situações nos acessos. -----

Mais referiu que cerca de cinquenta por cento da mão-de-obra do complexo industrial e Porto de Sines vivem, em Santo André, dos setenta por cento oriundos do Município de Santiago do Cacém, considerando que estes trabalhadores estão sendo mal tratados e a perder a paciência com as limitações de velocidade impostas naquela via e com a falta de segurança na mesma, acrescentando que este problema tem que ter uma resolução e que é preciso avançar com ações concretas no terreno.-----

Lembrou ainda que o mesmo tipo de situação foi resolvido na via entre Sines e as Relvas Verdes, por pressão das empresas, enquanto naquela via, o problema persiste porque são os trabalhadores que por ela circulam, quando são estes que criam riqueza. Acrescentou que é preciso ir junto das populações para que, em conjunto, sejam desencadeadas ações que levem à resolução do problema, defendendo que as ações a desenvolver respeitem a lei, mas se o mesmo não for possível e se as respostas não forem dadas, terão que partir para outras formas de luta. -----

Referiu ainda não compreender como é que pessoas colocadas em cargos pelo poder político não respeitavam aqueles que foram eleitos pelas populações, acrescentando que as pessoas votam, elegendo os seus representantes para que estes os defendam, pelo que, perante esta situação era preciso dizer basta.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Executivo estava solidário com a população e com os órgãos da Freguesia de Santo André relativamente a esta situação, mostrando disponibilidade para apoiar as ações que os mesmos se propuserem desenvolver para a resolução do problema. -----

Mais referiu que a responsabilidade da situação é única e exclusiva das EP e da tutela, acrescentando que aquela via estava em condições e que, com a intervenção que fizeram, criaram uma situação de falta de segurança e prejudicaram as pessoas na sua deslocação. -----

Acrescentou que a proposta da Câmara Municipal é que seja reposta a velocidade de noventa quilómetros/hora, que sejam retirados os pinos e criadas condições de segurança nos acessos àquela via. -----

Informou ainda que tinha percorrido toda aquela via acompanhado do Presidente das Estradas de Portugal, o qual afirmara que aquela situação era uma vergonha para as EP e que não compreendia a razão da mesma não ter sido já resolvida. -----

Acrescentou que, em fevereiro, data que aquele responsável indicara para a resolução do problema, o que foi apresentado foi uma mão cheia de nada, considerando que se tratava de uma situação inaceitável, à qual a população deverá dar resposta. -----

Deu também conhecimento de que deu instruções à responsável da área jurídica da Câmara Municipal para equacionar a possibilidade de mover uma ação judicial no sentido de ser reposta a situação que existia naquela via. -----

Interveio o Senhor António Isidoro, eleito do PSD, referindo concordar com o que fora dito pelo Senhor Jaime Cáceres sobre a situação naquela estrada, acrescentando que já acontecera os pinos terem sido retirados por alguém, mas voltaram a ser colocados, porque se houvesse um acidente as companhias de seguros não se responsabilizavam. ----

O Senhor João Saraiva de Carvalho referiu que lhe parecia que chegara o momento de olhar em frente e voltar a fazer uma marcha lenta contra esta situação, e ao mesmo tempo fazer um levantamento em vídeo das “ruínas de guerra” em que foram transformadas as obras inacabadas da A26. -----

O Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referiu que o caminho que tem sido seguido para resolução do problema, com base no diálogo, embora correto, não resolveu o problema, acrescentando que, pela sua experiência, o mesmo não poderá ser resolvido por esta via, mas sim através de ações de luta, como por exemplo a marcha lenta, já referida, independentemente de ser ou não legal, porque se esta questão se colocar, também se pode perguntar se a situação em causa é legal. -----

Mais referiu que as pessoas se queixam e acham que a Câmara Municipal deve resolver o problema, pelo que, considerou importante informar as populações sobre quem é responsável pela situação e procurar que todos se unam para lutar contra a progressiva perda de direitos, não ficando à espera que sejam os outros a resolver os nossos problemas. -----

Interveio novamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a suspensão dos trabalhos na via de ligação entre Sines a Beja deixou obras de arte abandonadas, terraplanagens inacabadas, caminhos rurais degradados e interrompidos, transformando a paisagem num cenário de guerra, acrescentando que para o Governo a A26 não é uma prioridade, pelo que, as obras não serão concluídas, ficando desta forma em causa uma via estruturante que potenciará o desenvolvimento do Alentejo. Mais referiu que depois de enterrados milhões de euros naquelas obras inacabadas, os trabalhos foram interrompidos e os responsáveis ficam impávidos e serenos no Terreiro do Paço, pondo em causa o desenvolvimento da região e prejudicando a economia do País, tomando decisões sem virem ao terreno conhecer as situações. -----

Acrescentou que é preciso lutar contra estas situações com tudo o que se tiver à mão. ---  
O Senhor João Saraiva de Carvalho referiu que é preciso manifestar, em ações conjuntas, todo o descontentamento com a situação criada, sem prejudicar terceiros, chamando a Comunicação Social e informando as Forças de Segurança. -----  
Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por referir que as opções políticas de cada um nesta situação era absolutamente irrelevante, considerando que a decisão sobre a concretização de ações contra a situação criada naquela via, pecava por partida, e que, se for necessário, deverá ser feita uma por semana, mobilizando a população e a Comunicação Social para o efeito. Mais referiu que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal deverão insistir com o Governo sobre este assunto, para que os responsáveis tenham vergonha na cara. -----  
Acrescentou que este era um caso flagrante de desprezo dos governantes pelas populações que deviam servir, considerando que esta situação deverá ser levada pela Câmara Municipal até aos mais altos cargos. -----  
Referiu que a marcha lenta contra esta situação deverá ser concretizada rapidamente e que outras se deverão seguir se não forem tomadas medidas para resolver a situação. ----  
Interveio novamente o Senhor Jaime Cáceres, referindo que era preciso ter consciência da extraordinária importância da contribuição do Complexo Industrial de Sines para a economia do País, acrescentando que quando se fala em exportações é desta região que se está a falar, não compreendendo como foi possível suspender a construção de uma via tão importante para o escoamento dos produtos para toda a Europa e que todas aquelas obras estejam ao abandono. Mais referiu que também não existia uma ligação ferroviária do Terminal de Sines a Espanha que seria da maior importância para a contribuição desta região para o desenvolvimento económico do País.-----  
Referiu ainda que todos os dias são apresentadas queixas na Junta de Freguesia de Santo André sobre a situação da via de ligação a Sines, considerando que estava na hora de passar a palavra ao Povo, acrescentando que os eleitos têm a responsabilidade institucional que exerceram nesta matéria junto dos responsáveis da empresa Estradas de Portugal, a qual enganou o Presidente da Câmara Municipal, assumindo o compromisso da resolução do problema até ao mês de fevereiro, o que não concretizou. Mais referiu que se existir vontade por parte da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Santo André, deverá ser feito um plenário com a população, para que a mesma se pronuncie sobre quais as ações concretas a desenvolver, podendo também ser vista a possibilidade da participação do Município de Sines, para reforçar os protestos contra aquela situação que a todos prejudica, divulgando as ações o mais possível junto das pessoas e da Comunicação Social e escolhendo um local com boa visibilidade para a sua realização, como por exemplo o Parque Central ou mesmo na estrada, dando voz à economia local, em prol do desenvolvimento do País.-----  
A Senhora Miriam Mascarenhas, eleita do PS, referiu que, residindo em Santo André, também se sentia lesada com a situação criada naquela via, contra a qual aos munícipes se têm manifestado, não só com palavras, chegando até a retirar os pinos. Acrescentou que o barulho que possa ser feito em torno deste problema será importante, porque dará visibilidade ao mesmo através da via mediática, mas que depois das ações e diligências institucionais que já foram feitas, sem resultados, provavelmente, será também necessário avançar para a via judicial. -----  
O Senhor João Saraiva de Carvalho referiu que na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em dezembro do ano transato tinha apresentado um conjunto de situações relativas à atividade do Porto de Sines que iria reforçar e disponibilizar, a partir de um trabalho de pesquisa que tem vindo a fazer na internet. Acrescentou que

tem dúvidas se a plataforma da linha férrea estará preparada para o peso que terá de suportar, tendo em conta o número de composições e a frequência do tráfego que é previsível nela circular, referindo que o Proto de Sines queria passar a linha de duas para quatro vias.-----

Mais referiu que os empresários estrangeiros que visitam o Litoral Alentejano passam pela A26/IP8, cujas obras se encontra na situação atrás referida e sobre as quais as autoridades responsáveis nada adiantam.-----

Concluiu, referindo que é preciso que aqueles que ocupam cargos de responsabilidade no País olhem para as pessoas desta região.-----

O senhor Rui Madeira, eleito da CDU, referiu que lhe parecia importante que fossem convidados outros presidentes de câmaras do Litoral Alentejano, no sentido dos mesmos se associarem às iniciativas de protesto a desenvolver.-----

Interveio novamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que gostaria que ficasse absolutamente claro que a Câmara Municipal poderá avançar com uma ação judicial sem prejuízo de vir a participar noutras ações de protesto, concordando que deve ser a população a levantar a voz e a indicar formas de luta contra a situação criada naquelas vias rodoviárias, sobre as quais chegam reclamações à Câmara Municipal todos os dias.-----

Sobre a ação judicial lembrou ainda que a Justiça no país não funciona, havendo casos em que o Estado foi roubado e que prescreveram, pelo que, são poucas as garantias da resolução deste assunto por esta forma.-----

A Senhora Miriam Mascarenhas referiu que era importante que a ação judicial avançasse, embora as outras iniciativas referidas possam contribuir para uma maior visibilidade do problema através da sua cobertura pelos órgãos da Comunicação Social.

Acrescentou que o recurso à via judicial irá reforçar as diligências que as autarquias têm desenvolvido nestes quatro anos, tendo a Câmara Municipal acreditado que o assunto podia ser resolvido através do diálogo.-----

Mais referiu a sua disponibilidade para apoiar todas as iniciativas que forem desenvolvidas para resolver aquela situação, quer sejam manifestações, marchas lentas, o que for preciso.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra sobre o assunto, **a Senhora Presidente colocou à votação a proposta de realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para debater o assunto com a população. A proposta foi aprovada, por unanimidade e aclamação.**-----

#### **DESCENTRALIZAÇÃO DA ATIVIDADE AUTÁRQUICA – SAUDAÇÃO -----**

O Senhor Rui Matos, eleito da CDU, saudou a descentralização da sessão da Assembleia Municipal, bem como a iniciativa “Presidência nas freguesias”, do Executivo Municipal.-----

#### **ABELA – CUIDADOS DE SAÚDE -----**

O Senhor Rui Matos perguntou se havia alguma informação no sentido do Centro de Saúde de Abela vir a dispor de um médico para prestar cuidados de saúde aos utentes daquela freguesia.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a falta de médicos era um problema que afetava todo o Município e que na Freguesia de Abela tinham sido confrontados com esta situação, pelo que, de imediato, contactou a Senhora Presidente da Unidade Local de Saúde, a qual confirmou que a médica que se deslocava àquela Freguesia estaria de férias durante o mês de abril e que o médico Cubano afeto ao

Conselho de Grândola que era suposto ir à Abela para colmatar aquela ausência, terminou a sua missão em março, regressando ao seu país.-----

Acrescentou que irá colocar novamente a situação às entidades responsáveis, dado que não foram dadas garantias da resolução do problema a curto prazo. -----

Mais informou que no dia anterior à presente Sessão, tinha visitado o Centro de Saúde de Alvalade, cujas instalações não tem as devidas condições, tendo a Câmara Municipal deliberado a cedência do espaço da antiga escola primária para resolver a situação, mas a Administração Regional de Saúde do Alentejo não fez a candidatura aos fundos comunitários para a execução das obras de adaptação. -----

Relativamente aos médicos que dão assistência nesta Vila, informou que a informação que tem é de que a situação se manterá estável, podendo ser substituídos, por questões de emergência e numa situação pontual, por médicas que prestam serviço no Município de Odemira. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou ainda que numa reunião da CIMAL com o Senhor Ministro da Saúde foi abordada a questão da falta de médicos, tendo o mesmo admitido esta dificuldade que tem vindo a aumentar, sendo que um terço da população não tem médico de família, acrescentando que a situação poderá ser ainda mais grave quando os médicos cubanos forem de férias e não regressarem, regredindo para os níveis de dois mil e onze, em que sessenta por cento da população ficou sem médico de família, considerando que era preciso acompanhar este problema com atenção. -----

#### **ALVALADE – “PRESIDÊNCIA NAS FREGUESIAS” E SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SAUDAÇÃO -----**

O Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, saudou a descentralização da atividade dos órgãos autárquicos nas freguesias, iniciativa que, como Alvaladense e Presidente da Junta de Freguesia, considerava muito positiva, apresentando cumprimentos de boas-vindas a todos os presentes. -----

Mais referiu a importância da iniciativa do Executivo Municipal “Presidência nas freguesias”, a qual tinha vindo a decorrer nos últimos dias em Alvalade, para que os eleitos e técnicos municipais conheçam mais detalhadamente os problemas das populações e também os aspetos positivos do seu desenvolvimento através das visitas efetuadas a diferentes estruturas económicas e sociais. -----

#### **CUIDADOS DE SAÚDE NAS FREGUESIAS -----**

Relativamente a este assunto referiu estar preocupado e pessimista depois da conversa mantida com responsáveis da Unidade de Saúde Local. Acrescentou que quando o Dr. Luís Antunes saiu de Alvalade, passaram a vir duas médicas cubanas à Freguesia, quatro vezes por semana, o que já não acontece, e se os médicos cubanos não voltarem a população poderá ficar sem médico. -----

Acrescentou que pouco a pouco tem vindo a ser retirados da Freguesia os serviços públicos fundamentais e que lhe parecia que estas ações iam prosseguir. -----

Questionou ainda onde estava o direito à Saúde por parte das populações, quando os centros de Saúde são encerrados, obrigando as populações a recorrer ao Hospital do Litoral Alentejano, o qual não tem condições para atender devidamente todos os utentes da região, onde são obrigados a pagar taxas moderadoras elevadas. -----

Mais referiu que o que se estava a passar no País era uma vergonha, sendo da responsabilidade do Governo, o qual tem vindo também a encerrar escolas e postos da GNR, obrigando médicos, enfermeiros e outros técnicos a emigrarem. -----

-----  
**FUNCIONAMENTO DOS POSTOS DA GNR DE ALVALADE E DE ERMIDAS-  
-SADO**-----

O Senhor Rui Madeira questionou sobre o ponto de situação do funcionamento daqueles postos da GNR, tendo em conta a reunião do Senhor Presidente da Câmara Municipal e presidentes de juntas de freguesia com o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna realizada no passado mês de março. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que naquela reunião, solicitada pela Câmara Municipal, o Senhor Secretário de Estado os informou sobre a intenção daqueles postos da GNR passarem a funcionar com um horário semelhante ao praticado na Função Pública, das nove às dezassete horas, tendo em conta o atual número de efetivos, chegando mesmo a pedir a colaboração das autarquias para ajudarem a convencer as populações sobre a necessidade desta medida. -----

Mais informou que transmitiram àquele responsável do Governo que aquela medida não era aceitável, tendo em conta a vasta área de território que estava em causa e a segurança das pessoas que nele habitam, sendo que a solução passava pelo reforço dos efetivos no terreno, libertando muitos daqueles que desempenham tarefas administrativas.-----

Acrescentou que o Senhor Secretário de Estado ficou de marcar uma nova reunião, para transmitir a decisão que iria tomar sobre o assunto. Acrescentou esperar que aquela medida seja reequacionada, porque estava em causa a segurança das pessoas, caso contrário terão que ser tomadas medidas. -----

Referiu ainda que esta e outras medidas já referidas se traduziam no retirar de direitos que o 25 de abril de 1974 permitiu que fossem conquistados, dando mais um exemplo de outra medida similar que lhe foi comunicada no mês transato pela Senhora Diretora da Segurança Social de Setúbal, a qual vai no sentido do posto de atendimento, em Cercal do Alentejo, passar a funcionar três dias por semana, em vez de cinco, assim como a intenção de retirar parte do serviço de tesouraria, alegando questões de segurança, o que iria inviabilizar os pagamentos por parte dos utentes. -----

Mais informou que transmitiu àquele responsável que a Câmara Municipal não aceitava o encerramento daquele serviço, porque era mais uma medida que iria prejudicar a população, ficando a Senhora Diretora de reavaliar o assunto e dar uma resposta dentro de seis meses. -----

Concluiu, referindo que todos devem estar atentos a este tipo de medidas e acompanhar os eleitos nas autarquias quando se insurgem contra as mesmas. -----

Interveio novamente o Senhor Rui Madeira, apelando a todos os eleitos nos órgãos autárquicos que se oponham à tomada de medidas que venham criar mais insegurança no território e que esta situação seja novamente debatida por todos, considerando que não se devia ficar à espera da comunicação da decisão sobre o assunto, acrescentando que se a mesma se mantiver, em Alvalade não a irão aceitar. -----

Interveio o Senhor António Albino, informando que a Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, tinha cedido um espaço para o funcionamento do balcão da Segurança Social, tendo sido assinado um contrato entre as partes. Acrescentou que começaram por não colocar uma fotocopiadora naquele espaço, passando os utentes a pedir aos serviços administrativos da Junta para tirar as fotocópias que lhe eram solicitadas e que implicava a emissão de um recibo, o que ficava mais caro que o que recebiam das fotocópias.-----

Mais informou que aquele balcão servia também as freguesias do Município de Odemira que se situam mais perto da Freguesia de Cercal do Alentejo, sendo que a partir de



quinze de dezembro deixou de haver serviço de tesouraria e agora pretendem reduzir o número de dias de atendimento, segundo dizem, a título experimental, tendo a Junta de Freguesia contestado estas medidas, esperando que aquele serviço não venha também a ser encerrado. -----

Concluiu, referindo que no ano em que se comemora os quarenta anos do 25 de abril, todos os dias estão sendo retirados serviços públicos às populações, pelo que, considerou que as populações se devem unir para contrariar esta situação. -----

### **SAUDAÇÃO AOS CIDADÃOS PRESENTES NA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

O Senhor José Sucena, eleito da CDU, felicitou os cidadãos presentes e mostrou o seu agrado pelo número significativo dos que vieram assistir à sessão da Assembleia Municipal, considerando que a sua presença dignificava este Órgão Municipal. Agradeceu por terem vindo não só para saberem o que se passa na Assembleia, mas também para intervirem e colocarem questões de seu interesse e da freguesia. -----

### **Pelo Senhor José Sucena, foi apresentada a seguinte “SAUDAÇÃO: À REVOLUÇÃO DE ABRIL - À CONSTITUIÇÃO” -----**

Os direitos fundamentais tiveram a sua primeira proclamação na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em agosto de 1789, na sequência da vitória da revolução americana contra o colonialismo inglês e da revolução francesa. Mais tarde, em 1948, foi aprofundada dando origem à Declaração Universal dos Direitos (hoje) Humanos, na sequência da derrota do nazi-fascismo. -----

Em Portugal, é na Constituição de 1911 que, de forma sistemática, são consagrados alguns direitos fundamentais, embora as lutas liberais do Séc. XIX tenham já prometido pequenos avanços, mas que a Constituição de 1933 (fascista) virá a derogar não tanto pela omissão no texto, mas fundamentalmente pela possibilidade de por lei aqueles serem postergados (o mesmo que agora vem sendo tentado). -----

É com a Constituição de 1976 (02 de abril), a maior conquista da Revolução de 25 de abril, que são consagrados os direitos fundamentais individuais e coletivos. -----

Desde o princípio da igualdade pela qual todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei independentemente das suas opções; ao direito à liberdade, à segurança e ao trabalho; à inviolabilidade do domicílio sem mandato judicial; e do sigilo da correspondência; passando pela inviolabilidade da liberdade de consciência, de religião e de culto, de reunião e manifestação e de associação. -----

Mas também os direitos coletivos são consagrados, consubstanciados, entre outros, na constituição de partidos políticos, no direito de petição e ação popular, nas comissões de trabalhadores e liberdade sindical, na contratação coletiva e na greve. E a nossa Constituição consagra também o direito à segurança social com a participação das associações sindicais e outras organizações representativas dos trabalhadores; o direito à proteção da saúde através de um sistema universal e geral; o direito à habitação adequada a cada família em condições de higiene e conforto. -----

Por estes e outros direitos que a Revolução de abril conquistou e a Constituição de 1976 consagrou, temos que nos manter vigilantes e disponíveis, sempre, para a sua intransigente defesa e cada vez mais e melhor informados para mobilizar ainda mais portugueses na defesa da nossa Constituição que, se cumprida, trará a todos uma vida digna e a Portugal a Soberania plena. -----

Viva a Constituição! Viva o 25 de abril que a permitiu !” -----

## **MOÇÃO – 25 DE ABRIL E 1º DE MAIO -----**

Pela Senhora Teresa Alves, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de “**MOÇÃO -----**

### **Os 40 anos do 25 de abril e 1º de maio -----**

Este ano Portugal comemora o 40º aniversário do 25 de abril de 74, essa madrugada libertadora que devolveu ao povo português a liberdade e a democracia. No dia 25 de abril de 1974, a sociedade portuguesa libertava-se de uma ditadura fascista de 48 anos, sob o comando de Salazar. Na altura do golpe, desencadeado por militares, o apoio popular foi tão grande que os comandantes da operação não puderam conter a euforia que invadiu as ruas de Lisboa. As pessoas tomavam as praças, vaiavam as reduzidas forças militares afetas ao regime, ofereciam apoio e alimentos aos revoltosos, e festejavam a perspectiva de liberdade, empunhando cravos ao invés de armas. -----

A manifestação ficou assim conhecida como a “Revolução dos Cravos”. Sua mais célebre imagem retrata uma criança colocando uma dessas flores, muito comuns na primavera portuguesa, no cano de uma espingarda. É claro que, ao longo desses 39 anos, as contradições sociais e políticas tem sido muito intensas, o que nos leva a assistir a uma espécie de “recuo do processo revolucionário”. Como exemplo disso, podemos perceber aqui em Portugal, que a reforma agrária foi contida e praticamente aniquilada. Hoje a perda de identidade de Portugal faz com que os jovens se interroguem sobre o que os faz pertencer a Portugal. -----

Os jovens ao estarem a sair do País, significa que para eles por consequência das políticas de direita, não têm futuro em Portugal. -----

Devemos perguntar “que ideia as crianças e jovens de hoje fazem do Portugal antes do 25 de abril? Será que os pais e os avós lhes contam o que era o Portugal de então? Têm consciência de como se vivia no País? Têm consciência do País pobre, cinzento e com elevada taxa de analfabetismo?” -----

Temos de ter noção de que comemorar abril é um ato patriótico e a liberdade não tem preço. “A Revolução dos Cravos” realizou profundas transformações sociais, económicas e políticas, a constituição do Estado Social e a liberdade de imprensa e o direito à liberdade de expressão, manifestação e opinião.” -----

Numa alusão ao poema “**O Nome das Coisas**”, de Sophia de Mello Breyner Andresen, “**que nunca será demais lembrá-lo**”, inseparáveis de uma democracia política avançada e das reformas das estruturas socioeconómicas, a revolução significou novos princípios, reformas e medidas no campo social e cultural. Novos direitos dos trabalhadores, das mulheres, da juventude, dos reformados, dos deficientes, soluções progressistas nos domínios da saúde e do ensino, abertura à criatividade e fruição culturais. Entre os grandes feitos da revolução de abril conta-se o fim da guerra colonial e o reconhecimento aos povos das colónias do direito à imediata independência. Na história de Portugal ficará para sempre inscrito a letras de ouro em que, depois de séculos de exploração e opressão colonialista pelo Estado português, o povo português, em luta contra a ditadura fascista, e os povos das colónias portuguesas em luta contra a opressão colonial, depois de muitos anos de uma guerra injusta, se encontraram mutuamente solidários na conquista da liberdade e na conquista da independência. -----

O 25 de abril, que nós comemoramos, significa o julgamento e justa condenação histórica do passado de opressão e terror fascistas, e daí a necessidade de informar e esclarecer, sobretudo as jovens gerações, do significado libertador da revolução democrática.-----

O 25 de abril que comemoramos, não é um mero acontecimento passado que lembremos, mas um grande feito histórico que mantém marcas profundas na vida presente e contém experiências e valores indispensáveis para o futuro de Portugal.-----

Uma das principais conquistas do 25 de abril é o poder local democrático. No Concelho de Santiago são bem visíveis e marcantes as suas realizações. Rasgaram-se estradas e ligaram-se populações que estavam isoladas, a água, os esgotos, a eletricidade chegou a casa das pessoas. Construíram-se equipamentos culturais, sociais e desportivos. Construíram-se infantários e jardins-de-infância. A população beneficiou e viu melhorada a sua qualidade de vida. Comemorar abril quando o poder local está a ser destruído é também defender o poder local democrático ao serviço das populações.-----

Também este ano comemoramos 40 anos em liberdade do 1º de maio em Portugal.-----

A data remonta ao dia 1 de maio de 1886, nos EUA, quando mais de 500 mil trabalhadores saíram às ruas de Chicago, em manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada para oito horas de trabalho. Em consequência a polícia tentou dispersar a manifestação, ferindo e matando dezenas de operários.-----

Em Portugal no Estado Novo, os portugueses souberam torner os obstáculos do regime à expressão das liberdades. As greves e as manifestações realizadas em 1962, um ano após o início da guerra colonial em Angola, são provavelmente as mais relevantes e carregadas de simbolismo. Nesse período, apesar das proibições e da repressão, houve manifestações dos pescadores, dos corticeiros, dos telefonistas, dos bancários, dos trabalhadores da Carris e da CUF, entre Lisboa, Porto e Setúbal, manifestaram-se 125.000 pessoas.-----

Ficarão como marco indelével na história do operariado português, as revoltas dos assalariados agrícolas dos campos do Alentejo, que tiveram o seu grande impulso no 1º de maio de 62. Mais de 200 mil operários agrícolas que até então trabalhavam de sol a sol, participaram nas greves realizadas e impuseram aos agrários e ao governo de Salazar a jornada de oito horas de trabalho diário.-----

Apenas 6 dias após a manhã da liberdade, o povo português comemorou o mais espantoso 1º de maio, organizado pela Intersindical, criada em 1970. Era a alegria incontida de um povo que enterrava 48 anos de terror, de miséria, de obscurantismo. Era a consagração popular do 25 de abril.-----

Pela primeira vez, dando satisfação a uma reivindicação da Intersindical, o 1º de maio era consagrado feriado nacional.-----

Neste 1º de maio foi realizada a maior manifestação popular do século XX no nosso país. E não foi só em Lisboa que isso aconteceu. Por todo o País, nas cidades e vilas, “o Povo saiu à rua” para vitoriar a Liberdade conquistada e festejar o Dia Mundial do Trabalhador.-----

Os melhores sentimentos do Homem brotavam por todo o lado.-----

O regime anterior ao 25 de abril de 1974 proibia as manifestações relacionadas com o 1º de maio pelo carácter de contestação política que sempre esteve relacionado com esta data.-----

Em 1919, após um 1º de maio grandioso, é conquistada e consagrada, em Lei, a jornada das 8 horas diárias e 6 dias de trabalho por semana, ainda só que para os trabalhadores da indústria e do comércio. É em honra da memória dos “mártires de Chicago” e da luta de gerações e gerações de revolucionários, muitos deles com o sacrifício da própria vida, e contra a exploração capitalista que temos o dever e a obrigação de tudo fazer para que se desenvolva e intensifique a luta de massas por uma rutura com as políticas de direita em defesa das conquistas alcançadas e dos direitos conquistados com abril e para que as comemorações do 1º de maio, constituam uma imponente jornada

internacionalista de unidade e luta por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, sem exploradores nem explorados. -----

Por tudo isto aqui exposto e que se têm realizado ao longo dos anos com avanços e recuos, por tudo isso não devemos nunca esquecer comemorar 25 de abril e 1 de maio datas tão marcantes para o povo português. -----

Viva o 25 de abril – Viva o 1º de maio !” -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** de moção para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. -----

Cinco abstenções dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas, duas dos eleitos do PSD, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. -----

Dois votos contra dos eleitos do PSD, senhores António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

## -----ORDEM DO DIA: -----

### **1. Expediente**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de fevereiro até ao mês de abril de dois mil e catorze.-----

\* Documento que é dado como reproduzido na presente em ata com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

### **2. Ata**-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a ata número um, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e um de fevereiro de dois mil e catorze. ----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a ata, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com cinco abstenções, da Senhora Joana Filipe, Jaime Cáceres, Ricardo da Silva Rico, António Isidoro e Vítor Paulo Barata, por não terem estado presentes. -----

### **3. Regimento**-----

Pelo Senhor José Sucena, eleito da CDU, foram propostas as seguintes alterações, nos termos da alínea e), do nº 1º, do artigo 56º, do Regimento:-----

“1 – Artigo 2º, nº 1, alínea u) ... **no Capítulo III, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.**

2 – Artigo 2º, nº 3 – artigo **57º** -----

3 – Artigo 2º, nº 4, a) – na alínea k) do número **um** anterior... -----

4 – Artigo 2º, nº 5 - ... e na alínea l) do número **um** anterior ... -----

5 – Artigo 5º, nº 1, g) - ... a que se refere a **alínea b), do nº 4**, do ...-----

6 – Artigo 15, nº 2 - ... a alínea c), do **ponto 4**, do artigo 2º ...-----

7 – Artigo 15º, nº 3, b) – **No caso das Sessões Extraordinárias, a ordem do dia será apresentada com o pedido de reunião.**-----

8 – Artigo 54º - **retirar a alínea e); e a alínea f) passa a alínea e).**”-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, e dois dos eleitos do PSD, senhores António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

Seis abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas e uma da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.-----

#### “ **4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

##### --- **a) Prestação de Contas de 2013;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Aprovar os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas e Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2013, elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, documentos que são dados como reproduzidos na presente ata com o número quatro, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelos membros da Mesa.-----

2.Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos:-----

a) Mapas de subsídios obtidos por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio.-----

b) Mapas de ativos de rendimento fixo e variável por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício. -----

c) Norma de controlo interno. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico. -----

**FUNDAMENTOS: 1.** Conforme o disposto na alínea i) do nº 1 do artigo nº 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

2. De acordo com o capítulo III (notas técnicas) da resolução nº 4/2001, – 2ª Secção publicada no D.R. nº 191, de 18 de agosto, II Série e resolução nº 26/2013, – 2ª Secção publicada no D.R nº 226, de 21 de novembro de 2013.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que o ano de dois mil e treze foi particularmente difícil dada a situação de crise que se vive, tendo o Município recebido menos dois milhões de euros nas transferências do Orçamento de Estado, enquanto os encargos em impostos e outros subiram. Contudo, acrescentou que apesar

destes condicionantes foi possível executar um conjunto de obras muito significativas nomeadamente a conclusão dos projetos no âmbito do Programa Integrado de Requalificação Urbana, a intervenção da Av. D. Nuno Álvares Pereira, as obras nas instalações municipais na ZIL de Santiago do Cacém, para melhorar as condições de trabalho dos funcionários, a intervenção na Estrada Municipal 550 – Miróbriga, a criação do Centro de Acolhimento de Empresas, para além das muitas intervenções nas infraestruturas de todas as freguesias, assim como as ações no âmbito da Ação Social Escolar, levando refeições a todos os alunos e o apoio ao Pré-Escolar, apesar de não ser responsabilidade da Câmara Municipal a extensão de horários, e também as muitas atividades desenvolvidas na área da cultura e do desporto, assim como o apoio ao movimento associativo e às populações em geral. -----

Acrescentou que gostaria de destacar o facto de se ter realizado muita obra e também a redução da dívida da Câmara Municipal em três milhões e trezentos mil euros. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que via com alguma preocupação o valor da taxa de execução orçamental no âmbito da Ação Social, a qual era manifestamente inferior relativamente a outras epígrafes, solicitando esclarecimentos sobre a razão daquele valor. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a rubrica Educação, cuja taxa de execução era de mais de oitenta por cento, comportava verbas destinadas à Ação Social Escolar. -----

A Senhora Joana Filipe referiu que em face do gráfico constante nos documentos o que se apurava é que a taxa relativa ao que foi despendido na Ação Social era de cerca de dezoito por cento, ou seja, menos de oitenta por cento do previsto, questionando se não seria útil que a Câmara Municipal ponderasse se o nível de execução neste âmbito era o mais adequado, analisando o assunto com atenção para apurar se não teria havido lacunas relativamente à execução do plano. Mais questionou se não seria possível fazer um esforço para melhorar a atividade naquele âmbito, considerando que era uma epígrafe que merecia esta reflexão. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que esta era a leitura que a eleita do BE fazia do documento, acrescentando que o mesmo espelhava os números concretos, e que já tinha esclarecido que na rubrica Educação estava incluída verba que se destinou à Ação Social. -----

A Senhora Joana Filipe questionou ainda sobre a razão daquela epígrafe ter sido prejudicada relativamente a outras. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tinha sido uma opção do Executivo anterior. -----

Interveio a Senhora Ana Raquel Hilário Nunes, eleita do PSD, referindo que seria útil que o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecesse melhor sobre os valores constantes naquela rubrica, para se poder analisar a questão. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que tinha sido prevista uma verba de noventa e dois mil e quatrocentos e vinte euros e foram realizados dezasseis mil e seiscentos euros, porque a verba prevista para a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, em Abela, só será transferida no exercício de dois mil e catorze, conforme o acordado com a Casa do Povo de Abela, e o equipamento previsto para Alvalade só entrará em fase de concurso no ano curso. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, **a qual foi aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João

Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves e oito abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas, duas dos eleitos do PSD, senhores António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.-----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:** Pelo Senhor José Sucena, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Apesar das receitas de 2010 a 2013 terem sofrido um decréscimo de cerca de 2,0 milhões de euros, proveniente do corte das transferências do poder central, a que acresceram maiores despesas, ironicamente em benefício do mesmo poder central, foi possível diminuir a dívida a fornecedores em 2,3 milhões de euros e executar 75% do programa apresentado pelo Executivo para 2013.-- -----

Consolidada que está a diminuição da despesa com pessoal ao nível do 42% da despesa, nos últimos três anos, que não impediu uma manifesta melhoria dos serviços prestados aos munícipes, assim como uma gestão favorável dos juros e outros encargos, refletida na diminuição do seu impacto na despesa por dois anos consecutivos, sobra a certeza de que o Executivo, se mais cortes não houver, pode encarar o desenvolvimento futuro do Concelho com algum otimismo, pois saber e vontade de trabalhar não lhe falta, como não lhe faltará a audácia que alguma decisão venha a exigir. -----

Estas as razões que nos levaram a votar favoravelmente as contas de 2013.-----

Dito isto, é de toda a justiça que se saúde aqui o anterior Executivo, responsável pelas contas agora apresentadas, que refletem o excelente trabalho realizado, nomeadamente o seu Presidente Vitor Proença, mas também todos os Vereadores que o integraram, dos quais um é agora o novo Presidente, Álvaro Beijinha, e o outro, Margarida Santos que se mantém como Vereadora, a quem desejo, bem como aos restantes Senhores Vereadores, Norberto Barradas, Albano Pereira, Francisco Sousa, Daniela Martins e Paulo Gamito, as maiores felicidades e se pede total entrega e muita lucidez no desempenho das funções para que foram eleitos, em benefício do progresso do Concelho e na defesa do bem-estar da População de Santiago do Cacém. -----

-----  
**--- b) 1ª Revisão às Atividades Mais Relevantes (AMRs) 2014/2017;**-----

A senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Aprovar a Primeira Revisão às Atividades Mais Relevantes Dois Mil e Catorze/Dois Mil e Dezassete, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

**FUNDAMENTOS: 1.** De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

2. Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por**

**maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, e oito abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas, duas dos eleitos do PSD, senhores António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. -----

--- c) **1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) 2014/2017;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Aprovar a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Catorze/ Dois Mil e Dezassete, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

**FUNDAMENTOS: 1.** De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

**2.** Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves e oito abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas, duas dos eleitos do PSD, senhores António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. -----

---d) **1ª Revisão ao Orçamento de Despesa/Receita de 2014;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Catorze, documento que é dado como reproduzido na presente ata co o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----



**FUNDAMENTOS: 1.** De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

**2.** Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves e oito abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas, duas dos eleitos do PSD, senhores António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.”-----

--- e) **Venda de parcela de terreno no Pinhal do Concelho por Acordo Direto – ao Agrupamento Suinicultores Litoral Alentejano (ASLA) - Declaração de Interesse Público**; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Um - Aprovar a **Declaração de Interesse Público** das instalações do CIALA, tendo em conta a sua importância, quer a nível local, regional, e até nacional, decorrente da atividade ali desenvolvida, do volume de negócios atingido, e conseqüentemente, do seu impacto na economia do concelho, de forma a permitir a venda, por acordo direto, de uma parcela de terreno com a área de 11,7000 ha, a desanexar do prédio rústico denominado “Pinhal do Concelho”, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1º da Secção J, e descrito na Conservatória do Registo Predial através da descrição nº 00122/030485, da freguesia de Santiago do Cacém, nas seguintes condições: -----

a) Que esta venda seja efetuada pelo valor de 48 840,00 €, conforme resultou do relatório da avaliação efetuada por perito avaliador, para este efeito;-----

b) Que esta venda seja efetuada por acordo direto, ao ASLA - Agrupamento de Suinicultores do Litoral Alentejano, SA, entidade que tem edificadas na referida parcela de terreno, as instalações do CIALA - Centro de Inseminação Artificial do Litoral Alentejano, e as suas instalações administrativas.-----

**FUNDAMENTOS: Um** - Nos termos do previsto na alínea g) do nº 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

**Dois** – Nos termos do previsto na alínea a) do nº 1 do artº 29º do Decreto-Lei nº 794/76, de 5 de novembro, (Lei dos Solos), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 313/80, de 19 de agosto.”-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

**--- f) Aquisição de serviço para certificação legal das contas do Município -**

**Nomeação de auditor externo.** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: UM** - Aprovar a nomeação de Rosário Graça & Associados, SROC, SA, como auditor externo, para certificação legal de contas do Município, em conformidade com o Relatório Final de análise de propostas, elaborado pelo júri do procedimento, para aquisição de serviços para certificação legal de contas do Município, por Revisor Oficial de Contas, conforme documento em anexo, o qual é dado como reproduzido na presente ata com o número oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

DOIS - A adjudicação dos serviços à Rosário Graça & Associados, SROC, SA, será pelo montante anual de 9 000,00 €, a que acrescerá o I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

TRÊS – Notificar a adjudicatária para, no prazo de seis dias, apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos.” -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e um votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, dois dos eleitos do PSD, senhores António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.-----

Cinco abstenções dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas. -----

**5. ATIVIDADE AUTARQUICA** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a “Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de janeiro a fevereiro de 2014”, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número nove ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, começando por questionar sobre a descida do número de espectadores no Auditório Municipal António Chainho. -----

Sobre a Intervenção Social, relativamente à atividade da CPCJ SC, questionou se não existiam dados do número de processos intervencionados relativamente ao período homólogo do ano anterior. -----

Relativamente à Juventude, referiu que o documento mencionava apenas as edições da “Feira de Trocas e Baldrocas”, o que não lhe parecia que fosse uma atividade específica para a juventude, considerando lamentável que não tenham sido registadas outras atividades. -----

Questionou ainda sobre o número absoluto de turistas que visitam o Município, nacionais e estrangeiros, bem como a razão da diminuição de turistas estrangeiros. -----

Solicitou ainda esclarecimentos sobre o número significativo de processos judiciais intentados pela empresa Águas de Santo André contra a Câmara Municipal, todos sobre a mesma causa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a diminuição de espectadores no Auditório Municipal seria mais um reflexo da crise económica e consequentemente da redução dos rendimentos das famílias, associado à disponibilidade de filmes e outros programas via internet. Contudo, acrescentou que aquele Auditório está em quarto lugar a nível nacional com o maior número de espectadores por sessão de cinema, segundo os números divulgados pelo jornal Expresso. -----

Relativamente à atividade da CPCJ SC, informou que naquele momento não dispunha dos números solicitados, os quais podia fornecer posteriormente.-----

Sobre as atividades dirigidas à Juventude, esclareceu que a que estava mencionada no documento tinha sido iniciada no âmbito do projeto ATREVETE, daí a sua inserção no documento, acrescentando que foram desenvolvidas outras iniciativas para a juventude promovidas por associações e com o apoio da Câmara Municipal.-----

Em relação à diminuição de turistas de estrangeiros, informou que no ano de dois mil e três, não foi possível garantir o funcionamento dos postos de turismo ao sábado, por falta de pessoal, acrescentando que este problema já estava resolvido. -----

No que respeitava aos processos judiciais apresentados pela empresa Águas de Santo André, esclareceu que aquela empresa pretende cobrar à Câmara Municipal o tarifário de saneamento da Cidade de Vila Nova de Santo André, entendendo a Autarquia que não é devedora, não existindo qualquer obrigação contratual nesse sentido. Mais informou que é da responsabilidade da empresa Águas de Santo André o abastecimento à Cidade de Vila Nova de Santo André. -----

-----  
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a todos a sua presença, acrescentando que pela assistência verificada nesta Sessão da Assembleia Municipal, ficou provado que valia a pena descentralizar a atividade autárquica.-----

Agradeceu ainda à Direção da Casa do Povo de Alvalade a disponibilidade das instalações para a realização da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em minuta, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo Senhor Presidente, não tendo havido inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e três horas e quarenta minutos.-----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_